

BIBLIOGRAFIA

Nesta secção - possível graças à colaboração de Editoras amigas -, será feita referência às obras de que nos foram enviados dois exemplares. As opiniões expressas vinculam apenas os seus autores e não representam a opinião do colectivo de CLADINCA.

O primeiro volume da Setúbal Arqueológica é exclusivamente dedicada à publicação das Actas do I Colóquio Arqueológico de Setúbal, que decorreu naquela cidade nos dias 15 e 16 de Junho de 1973, em memória de A.I. Marques da Costa, conhecido arqueólogo que desenvolveu na região setubalense a sua mais importante actividade.

Na arqueologia pré-histórica importa referir o artigo de Joaquim Soares e Carlos Tavares da Silva, "A ocupação pré-histórica do Padrão e o Calcolítico da região de Setúbal", que se distingue pela sua extensão e profundidade do estudo realizado (pp.53-153 + XVIII estampas). Apesar de o povoado ter documentado uma ocupação num período inicial do domínio romano, esse material não é aqui publicado.

No que se refere especificamente à arqueologia romana, a revista apresenta-nos cinco artigos. Quatro são dedicados aos achados provenientes de Tróia: Manuel Maia, "Contribuição para o estudo das ânforas romanas de Tróia - Ânforas de tipo "Africano Grande" (pp.155 - 158 + IV est.) é um pequeno artigo em que se descreve uma ânfora inteira e seis fragmentos, acrescentando algumas considerações sobre as relações comerciais de Tróia, particularmente com o Norte de África. Maria Garcia Pereira em "Alguns aspectos da "terre sigillata" de Tróia (Setúbal)" (pp.159-162 + II est.) divide as nove peças estudadas em cinco grupos de acordo com a pasta e o engobe, salientando a importância da "sigillata luzente" e "pré-luzente". Um pequeno conjunto de lucernas tardias deu origem ao estudo de Maria Elizabeth Figueirado Cabral "A representação do crismon nas lucernas tardias de Tróia (Setúbal)" (pp. 163 - 167 + II est.). Maria Luisa R. de Abreu Nunes dá a conhecer quinze moedas cuja cunhagem se situa entre 330 e 361 d.C. em "Pequeno tesouro de moedas romanas achado na estação de Tróia" (pp. 169 - 176 + II est.).

As actividades sub-aquáticas ao largo de Sesimbra permitiram a recolha de alguns cepos de âncoras, que estiveram na base do trabalho de Manuel Maia, "Cepos de chumbo de âncoras romanas encontradas ao largo de Sesimbra" (pp. 177 - 180 + II est.). Boa parte destes achados tinham já sido objecto de uma notícia publicada pelo Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra e a eles se refere também E. da Cunha Serrão em "Contribuições arqueológicas do Sudoeste da Península de Setúbal (p.220). Este tipo de achados e outros afins mereceu um estudo de Francisca Pallarés, apresentado ao III Congresso Internacional de Arqueologia Submarina, "Tipologia y cronologia preliminar de las anclas antiguas". A Rivista di Studi Liguri de 1964 acrescenta algumas notícias de achados idênticos no Mediterrâneo (Albenga, Punta Scaletta, Agde e Catalunha).

No volume II-III, a estação romana contemplada é Miróbriga, plenamente justificada pelo facto de o material da estação se encontrar disperso, deficiente ou incompletamente publicado. Três artigos estudam três aspectos da cerâmica da estação: Luisa Ferrer Dias, "Terre sigillata de Miróbriga" (pp. 361-401 + IX est.); Jeannette U. Smit Nolen, "Alguns fragmentos de "paredes finas" de Miróbriga" (pp.423 - 450 +IV est.); Maria Elisabeth F.N. Cabral, "Lucernas romanas de Miróbriga" (pp. 455-463 + V est.). Salientamos o artigo de J.Nolen que, para além da descrição das peças, acrescenta importantes achegas aos problemas das "paredes finas" e seu fabrico na Península e uma boa sistematização do material estudado.

Maria Garcia Pereira junta mais uma contribuição para o conhecimento da "sigillata" de Tróia em "Sigillata (paleocristã) cinzen-ta de Tróia de Setúbal" (pp. 411-415 + III est.). A arqueologia que não se integra dentro do distrito de Setúbal está representada por dois artigos: José O. da Silva Casero, "Marcas de oleiro em "terra sigillata" itálica do Castelo das Guerras (Noura)" (pp.419 - 421 + I est.) e José d'Encarnação, "Inscrição latina de Alcoitão" (pp.471-474). Curiosa é esta inscrição, dado a novidade do formulário. Ao estudo da lápide propriamente dito é acrescentada uma nota sobre a romanização no concelho de Cascais, baseada sobretudo em elementos epigráficos.

Em termos gerais, podemos dizer que a revista ganha importân-cia já pelo facto de ser das poucas revistas de Arqueologia em pu-blicação, já pelo valor documental e científico que revela. A apre-sentação gráfica não é descurada e o aproveitamento de espaço e material mereceu justas correcções no volume II-III. Um sumário das actividades do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal inclui-do no final do vol.II-III demonstra bem que a Revista não é um tra-balho isolado.

AMILCAR MANUEL RIBEIRO GUERRA

Frei Amador Arrais, Diálogos, Introdução e revisão de M.Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, col."Tesouros da Li-teratura e da História", 1974, 815 pp.

A conjugação dos esforços de um honesto e culto investiga-dor com os de uma Editora interessada na manutenção e divulgação dos monumentos da cultura portuguesa possibilitou o tornar aces-sível ao público português a leitura dos Diálogos de Frei Amador Arrais. Publicados pela primeira vez em 1589, na famosa oficina de António de Moriz, os Diálogos conheceram uma segunda edição em 1604 e a terceira só em 1846. Esta quarta edição era, assim, ur-gente como meio de colmatar uma importante falha na possibilida-de de conhecer literatura portuguesa.

Senhor de uma notável cultura clássica - referenciada com facilidade no texto -, mas, ao mesmo tempo, conhecedor das obras literárias mais notáveis do seu tempo, Frei Amador Arrais, que foi bispo de Portalegre, transparece nos dez diálogos que compõem a obra não só o seu pensamento como a posição do alto clero pe-rante a sociedade e problemas contemporâneos. Para além de notável documento histórico, os Diálogos constituem um conjunto de im-portantes peças literárias, testemunho do enriquecimento da pro-sa do século XVI.

Na "Introdução" (pp.V-XXX), M.Lopes de Almeida apresenta a obra, preocupando-se em esclarecer os problemas relacionados com o texto impresso e com os dados biográficos de Frei Amador Arrais. O texto apresentado é, como se afirma na Nota Editorial (p.XXX) : o da terceira edição, tendo sido feitas algumas alterações de a-cordo com a primeira e segunda edições.

Esta nova impressão dos Diálogos de Frei Amador Arrais cons-titui mais um belo contributo de Lello & Irmão Editores para a ma-nutenção do patrimonio cultural português. E dizemos "belo" por-que, para além do indiscutível interesse da conservação e divul-gação do texto, a obra é, materialmente, um interessante exemplar para bibliófilos.

VICTOR JABOUILLE

Francisco de Andrada, Crónica de D. João III, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1976, 1289 pp.

"El Rey Dom Filipe Nosso senhor, que santa gloria aja, pay de vossa Magestade, me mandou nos annos atrás passados, que compuzesse a chronica del Rey dom João nosso senhor, o terceyro deste nome, seu tio, irmão da Emperatriz sua mãy, o que eu tiue por hũa mercê & honra para mim, imaginando que, pois S.M. me escolhia para hum negocio tao arduo, & tao importante ha honra deste seu reyno, seria quiça por lhe parecer que teria eu talento para o seruir nelle a seu gosto: porem daquy me naceo tambem hum receyo assaz grande, & que me pôs em bem grande confusão, porque não vendo eu em mim cabedal nem forças para poder com tamanho peso, duuidaua muyto poder sahir com este negocio de maneyra que S.M. se ouuesse nele por bem seruido de mim" (p.XXXI). É com estas palavras que Francisco de Andrada, um dos filhos do "esoureiro-Mor de D. João III, inicia a sua Crónica.

Publicada pela primeira vez em 1613, esta volumosa obra da autoria de uma das figuras proeminentes da sociedade erudita dos fins do séc.XVI e princípios do séc.XVII constitui, pela informação contida, um importante elemento para o esclarecimento da mentalidade de uma época controversa da história de Portugal. Condicionada por diversos factores socio-políticos, a Crónica de D. João III tem inúmeras inexactidões, mas mesmo isso não é, pareçe-nos, argumento para esquecer este documento histórico e literário.

A "Introdução" de M. Lopes de Almeida constitui um esclarecido estudo que apresenta a obra e o autor, preocupando-se, numa linha de conduta característica, em fornecer ao leitor o maior número possível de elementos informativos. Neste caso, a crítica completa a informação.

Sem o interesse de Lello & Irmão Editores, esta seria mais uma obra de muito difícil acesso ao leitor comum. O risco de publicar a Crónica de D. João III define, de facto, o Editor como um veículo de cultura.

VICTOR JABOUILLE

Carlos de Oliveira, Pequenos Burgueses, Lisboa, Sá da Costa, 1978, 195 pp.

Dizer que Carlos de Oliveira é um dos mais importantes escritores portugueses contemporâneos já não é um lugar comum. Artista em sentido amplo, e escritor de dupla face, prosador e poeta, Carlos de Oliveira tem-se afirmado inequivocamente como um dos vultos mais salientes da literatura portuguesa. A confirmá-lo, a facilidade com que alcança o público e o modo como o seu discurso é apreendido pelo leitor, que, apesar dos engulhos que isso pode causar, sempre soube distinguir o trabalho que é arte.

Em boa hora Sá da Costa Editores, umas das casas de maior prestígio e responsabilidade, ofereceu ao público leitor da língua portuguesa a publicação das obras completas de Carlos de Oliveira: Uma Abelha na Chuva, Trabalho Poético (2 vols), Casa na Duna e, agora, Pequenos Burgueses. Falar da obra de Carlos de Oliveira ultrapassa, infelizmente, os limites de uma notícia e, por isso, nos devemos limitar a registar, com enorme agrado, a afluência desta literatura aos escaparates dos livrheiros. As nossas felicitações vão para o Editor pela oportunidade da iniciativa (oportuna porque culturalmente necessária), pois o Autor, esse de há muito que conquistou o direito de se sobrepor a qualquer entusiasmo leitor. Reler Carlos de Oliveira é uma obrigação.

V. JABOUILLE

Charles Chadwick, O Simbolismo, trad. de Maria Leonor de Castro H. Telles, Lisboa, Lypsis, 1975

Com o último dos três grandes movimentos que dominaram a poesia francesa do séc. XIX e de qual Jean Moréas, o homem que proclamou a sua existência em Setembro de 1886, definiu a finalidade nos seguintes termos: "...a poesia simbólica procura revestir a ideia de uma forma sensível", que a série "The Critical Idiom" nos coloca, desta vez em contacto.

A exploração do alcance teórico do termo simbolismo, omnipresente no vocabulário crítico de tantas gerações de escritores, é feita no primeiro capítulo por E. Chadwick. Numa primeira abordagem do assunto, restringe o seu significado à "arte de exprimir ideias e emoções, não descrevendo-as directamente ou definindo-as através de comparações patentes com imagens concretas, mas sugerindo o que são essas ideias e emoções e recriando-as no espírito do leitor através do emprego de símbolos não explicados".

Condicionando a sua perspectiva metodológica à finalidade que a série se propõe atingir, o autor circunscreve o tratamento do tema ao exame, ainda que breve e forçosamente incompleto, de uma parte da obra poética das figuras literárias que, no geral, são consideradas como precursoras do movimento e inclusivamente, da dinâmica que lhe incutiram, as suas mais lídimas representantes: Baudelaire, Verlaine, Rimbaud, Mallarmé e Valéry. A sujeição do tratamento de tema tão complexo, pois se trata de falar dos aspectos mais relevantes da obra de alguns dos maiores poetas franceses, tendo em conta, obviamente, o seu enquadramento na estética simbolista, a um estudo de proporções tão reduzidas, determina a própria estrutura da obra, como podemos constatar pelo índice: 1. A teoria do simbolismo; 2. "Correspondances" de Baudelaire; 3. As melodias de Verlaine; 4. Rimbaud, o "noyaut"; 5. Mallarmé e o infinito; 6. O regresso à realidade em Valéry; 7. As repercussões do simbolismo.

Efectivamente, ele dá-nos conta de que os poetas em questão são apresentados ao leitor através do relevo dado ao traço distintivo das respectivas personalidades literárias e que os individualiza em relação aos restantes, ou à obra utilizada como paradigma da sua doutrina literária, como é o caso de Baudelaire. Os assuntos versados são, como não podia deixar de ser, equacionados em termos de estética e crítica literárias. Todavia, numa obra desta natureza, os exemplos são necessariamente reduzidos, obedecendo ao princípio, por parte do autor, de uma escolha e selecção criteriosas de materiais. Não podemos, todavia, deixar de estranhar a não referência a um dos mais belos poemas, a nosso ver, de Les Fleurs du Mal, "L'Albatroz", metáfora do poeta, cujas asas de gigante é impedem de caminhar no mundo da realidade. De "Élénation", repositório da aspiração baudelaireana a um misticismo que reveste a forma de crença num paraíso que o poeta tenta (re)capturar, apenas é referido o último verso. Ambos são reveladores de grande mestria no tratamento técnico-literário do tema do "poète noyaut" comum a todo o movimento, para o qual a arte é êxtase, deformação e alucinação. É que a arte poética do Simbolismo eleva a apetência expressiva da imagem, conseguida à custa do valor conferido à palavra, a uma intensidade raras vezes atingida até então. É "L'alchimie du verbe" de Rimbaud, que lhe permitia ver uma mesquita em lugar de uma fábrica, uma escola de tambores composta por anjos, um salão no fundo de um lago. Todavia, os "miasmas" de "Élénation" são indício de que a teoria das analogias e das correspondências simbólicas que constitui o cerne

da teoria estética baudelaíriana tem uma faceta negativa. O interno, já não o céu, que o poeta antevê, é-nos sugerido por todo um conjunto de composições nas quais impera a estética do fêto, lugubre, sórdido, grotesco. Mais uma vez cremos que a referência, na obra de que nos ocupamos, a poemas como "Les sept vieillards", "Les aveugles", "Le squelette Laboureur", "Le jeu", "Danse macabre", corroboram os princípios expostos pelo autor.

As repercussões do Simbolismo informam o último capítulo, no qual Chadwick analisa as consequências literárias do movimento em escritores que dele sofreram influencia. Encerra o estudo uma bibliografia seleccionada que tem o mérito de incluir pequenos comentários esclarecedores do conteúdo de cada obra referida.

Sendo opinião generalizada de críticos e teorizadores literários que a poesia moderna muito deve à doutrina simbolista, cremos que o grande proveito que o leitor extrairá da obra em questão reside no equacionamento, em termos claros e precisos, das concepções que se tornaram na chave-mestra do movimento e que subsistem, mais desenvolvidas, é certo, no repositório teórico das modernas correntes da crítica literária. Afiguram-se-nos fundamentais a dissociação básica do sujeito/objecto sintetizada na frase "JE est un autre" de Rimbaud, que implica toda uma relação inovadora, de tipo dialéctico, entre os dois termos fundamentais do processo significante na mensagem poética. Em Mallarmé, considerado o sumo-sacerdote do simbolismo, os recursos empregados consistem fundamentalmente no realce do poder da palavra e o seu efeito musical através da anulação de formas de expressão convencionais, no efeito visual, através da exploração de elementos gráficos e pictóricos, na distribuição inédita de palavras e frases em esquemas irregulares, em suma, no valor autónomo do objecto literário. É, aliás, sintomático o interesse que a obra de alguns poetas simbolistas está a despertar em linguistas e críticos literários contemporâneos: é o caso de Nicolas Ruwet, professor na Universidade de Vincennes que, na obra intitulada Langage, Musique, Poésie, Paris, ed. du Seuil, 1972, coll. Poétique, ensaia um tipo de análise estrutural, baseada na teoria das transformações linguísticas, a vários poemas de Baudelaire. Também Roman Jakobson e Claude Lévy-Strauss analisam, numa perspectiva idêntica, o poema "Les Chats" do mesmo autor.

Da tarefa da tradução se desempenhou com competência largamente reconhecida Maria Leonor Telles. É especialmente nos troços de poesia que se revelam as qualidades de argúcia e sensibilidade da tradutora.

Numa apreciação geral da obra em questão, concluímos que se trata de uma síntese, clara e segura, que motiva o leitor para um aprofundamento posterior em obras de carácter mais especializado, das implicações de um movimento que colocou em novas bases temas que suscitam o interesse sempre renovado de críticos e teorizadores literários: natureza e funções da literatura, papel e estatuto do poeta, que, na definição de Baudelaire, é o único a entender "le langage des fleurs et des choses muettes".

MARILIA PULQUÉRIO FUTRE

"Nos últimos anos tem a crítica literária revelado um sintomático interesse pelo género autobiográfico e pelas formas literárias que lhe são vizinhas: biografia, memórias, diário, ensaio, auto-retrato, confissão, romance auto - "biográfico"(p.7).

O espaço autobiográfico em Miguel Torga é uma obra que reúne num mesmo volume uma teorização sobre a problemática do género autobiográfico e a aplicação a uma leitura crítica, "subjectiva e não definitiva", da Criação do Mundo.

A primeira parte da obra visa, como diz a A., "contribuir ... para a promoção do género autobiográfico" (p.10). Esta parte, que ocupa 144 das 309 páginas do volume, é um longo excurso sobre o género, procurando a sua definição e o estudo dos seus discursos bem como uma intencional abordagem das características e funções da literatura íntima e distinção das formas vizinhas da autobiografia. Este estudo desenvolve-se em cinco capítulos, que fornecem o suporte teórico para a aplicação realizada na 2ª parte: Discurso histórico e discurso literário (pp.15-39), Biografia e autobiografia (pp.41-60), A escrita autobiográfica (pp.61-91), Formas da Literatura autobiográfica (pp.93-117) e Características técnicas - formais da narrativa autobiográfica (pp.119-144).

Os princípios teóricos apontados são aplicados numa leitura da Criação do Mundo ("descodificação dos mitos bíblico e pagão da criação refundidos pelo texto, análise do significado das categorias estruturais da narrativa - espaço físico e psicológico, personagem, perspectiva narrativa, ordem temporal -, reflexão ensaística sobre o Sexto e o Sétimo dias, definição do pacto" (p.11), que se completa com uma "leitura dialógica do espaço autobiográfico torquiano" (p.11), articulada em oito capítulos: O homem só se descobre a descobrir (pp.147-175), O espaço físico e psicológico (pp.177-189), A ordem narrativa (pp.191-203), Perspectiva narrativa (pp.205-220), o Sétimo Dia (pp.221-232), O hibridismo da "Criação do Mundo" (pp.233-245), O pacto (pp.247-265) e O espaço autobiográfico (pp.267-291).

A A. justifica a escolha da autobiografia de Miguel Torga pelo "prazer pessoal" que o texto proporciona e pela tentativa de reabilitação da obra narrativa autobiográfica de Torga.

Podemos, genericamente, considerar O espaço autobiográfico de Miguel Torga como uma obra de grande interesse para a compreensão do universo pessoal da M.T., uma análise cuja leitura trará, naturalmente, resultados muito positivos. Parece-nos, contudo, que o notável fundamento teórico apresentado na 1ª parte não é completamente utilizado (ou explorado) na 2ª. Uma apresentação teórica simplificada seria, talvez, suficiente como suporte do estudo objectivo que se desenvolve e que é, no fundo, a essência da obra. Discursão não imediatamente acessível aos não iniciados, esta obra de Clara Crabbé Rocha vem, contudo, enriquecer o património português da análise literária e - era esse o objectivo - a compreensão do universo autobiográfico de Miguel Torga.

VICTOR JABOUILLE

A edição póstuma deste trabalho de José Marinho tem especial importância no conjunto das obras do autor. Se nela se atinge o cerne da reflexão de José Marinho, apenas explícita, em toda a sua profundidade especulativa na "Teoria do Ser e da Verdade", no entanto, encontram-se nesta obra reunidos alguns estudos que manifestam a perspectiva de argúcia e profunda intuição deste autor, sucessor natural de Leonardo Coimbra.

O plano da obra divide-se em duas partes sendo na primeira considerados os pensadores mais significativos e, na segunda, a temática fundamental que serve de fundo a uma referência a outras figuras do pensamento português contemporâneo. Trata-se de um estudo que visa salientar o significado e valor do pensamento, de especial interesse dada também a escassez de obras produzidas neste domínio e certo hábito de sistemática ignorância e esquecimento da tradição filosófica portuguesa. Neste sentido e ligando a "Verdade, Condição e Destino no pensamento português contemporâneo" a outras obras do mesmo autor subsidiadas pela Fundação Calouste Gulbenkian, como "Elementos para uma Antropologia situada" (Lisboa, 1966) e "Filosofia, ensino ou Iniciação?" (Lisboa, 1972) encontra-se uma tónica pedagógica que contraponta com a obra central deste autor e bem poderia ser aproveitada numa correcta orientação do estudo da filosofia nas Universidades portuguesas. Em "Verdade, Condição e Destino..." não se encontra apenas uma análise do pensamento filosófico português determinado por um sentido de antropologia situada, mas abre-se uma possibilidade compreensiva de uma verdade que contrastando a condição e o destino humanos realce a transcendência no domínio da filosofia portuguesa, retomando-se, assim, o sentido "insubstancial substante" da "Teoria do Ser e da Verdade". Análise de vários filósofos e de vários pensamentos que se não demite de uma reflexão interveniente e que poderia até conduzir a pensar numa maior explicitação da filosofia de José Marinho através deste diálogo por ele orientado com outros filósofos, esta obra tem também o interesse de constituir um itinerário ou um caminho de descoberta em que não se escreve sobre filosofia, mas a partir do próprio filosofar. É um trabalho profundamente individualista, decidido na "solidão meditativa e responsável" mas em que está presente o eco de uma "viagem feita em comum" com vários pensadores portugueses contemporâneos como Álvaro Ribeiro, Delfim Santos, Sant'Anna Dionísio e outros.

A primeira parte desta obra é composta por cinco capítulos em que se estabelecem sínteses penetrantes e bastante poderosas desde o sentido de racionalidade em Amorim Viana, até a Leonardo Coimbra e ao "magistério do amor e da liberdade", passando pela análise de Antero de Quental, Cunha Seixas e Sampaio Bruno.

No estudo sobre Amorim Viana faz-se a correcta integração no contexto significativo da época e do meio, aduzindo numerosas citações muito a propósito. Certas destrições fundamentais tornam a presença do próprio José Marinho um interlocutor crítico e filosofante em relação a Amorim Viana. Assim, o interesse da destrição entre razão e racionalismo (pp.21 e ss.); assim ainda a diferença entre o sentimentalismo de fé e uma crença na razão como se pode ler e pp.32 e seguintes.

O breve estudo sobre Antero de Quental situa-o nos caminhos da união perdida com a determinação metafísica e reduzida a compreensão do absoluto ao Ser, ou a uma ontologia. Particularmente significativas as pp. 52 a 55 em que se manifesta bem nítida a tensão

entre uma lógica ou uma dialéctica de radicação antropológica e a verdade essencial de um lógos absoluto.

O estudo sobre Cunha Seixas e a conciliação de imanência e transcendência vem pôr em relevo um pensador quase esquecido e de grande importância no pensamento português contemporâneo. José Marinho, fazendo um estudo do itinerário metafísico deste pensador que se afasta das orientações historicistas da filosofia alemã, repõe a ontologia imanentista-transcendentalista de Cunha Seixas. O sistema do panti-teísmo em que se pretende a conciliação do panteísmo e do teísmo, numa intuição espiritualista que visa unificar de Platão e Plotino a Santo Agostinho e Santo Anselmo, e de Descartes e de Berkeley a Maine de Biran e Krause uma tradição comum, aparece bem analisado a pp.68 e segs.

No capítulo IV é a Sampaio Bruno que José Marinho dedica um curto estudo em que torna relevante Mistério e Redenção, profundidade especulativa e heterodoxia deliberada neste autor. Segundo José Marinho, o pensamento de Sampaio Bruno constitui uma teurgia messiânico-profética incompatível tanto com as teologias, quanto com as metafísicas clássicas e exemplares. Certo evolucionismo e certa dialéctica, presentes em Sampaio Bruno, encontram-se polarizadas pelo mistério originário e principal da sua filosofia como bem reconhece José Marinho a pp.84 e ss. Primeiro filósofo do tempo e de evolução no moderno pensamento português, Sampaio Bruno deve ser entendido como, de alguma maneira, profeta em relação à história de Portugal, tornando-se particularmente relevante a interpretação do sebastianismo como "emergência do espírito messiânico" e anúncio da definitiva "mensagem do Espírito" (cf.p.91).

Em capítulo mais longo e a concluir os estudos desta primeira parte, José Marinho dedica páginas de profunda compreensão à filosofia do seu mestre Leonardo Coimbra. Desde a inserção de Leonardo Coimbra no seu ambiente histórico-cultural, à hermenêutica do percurso da dialéctica ao creacionismo, eis um testemunho particularmente profundo sobre este filósofo português com os espiritualistas russos de Soloviev a Berdiaeff e a Chestov, bem como a Bergson de quem, aliás, é justamente distinguido (cf.pp.106 e 111). Este estudo conclui-se pelo sublinhado de Leonardo Coimbra como filósofo da liberdade remetendo ainda à obra "A Alegria, a Dor e a Graça" como a expressão máxima do pensamento deste autor.

Na segunda parte, existem cinco capítulos em que se levantam em geral as problemáticas desde a relação da filosofia e da ciência às questões da religião, do humanismo e da antropologia. Assim, no capítulo II, a pp. 143, é ao positivismo expresso na cultura portuguesa que se faz referência conjugando com alguns dados já analisados de autores estudados na primeira parte desta obra. Sobrevalorise, na óptica de José Marinho, o valor da filosofia como irredutível aos modelos da ciência, justamente no seu aspecto teórico e especulativo, sublinhando-se ainda o pendor da metafísica na clássica tradição aristotélica. No capítulo terceiro trata-se do conceito de razão e das formas de filosofia, sempre seguindo na perspectiva do pensamento português contemporâneo, desde as concepções metafísicas às determinantes meramente antropológicas e epistemológicas, por exemplo do pensamento de António Sérgio e de outros. De salientar, neste ponto, a referência feita a Delfim Santos e a Alvaro Ribeiro, bem como a outros pensadores contemporâneos. O estudo parece neste ponto falhar, não tanto pelo esquecimento de alguns nomes, como por demasiado optimismo quanto à valia filosófica de algumas das orientações filosóficas mais recentes aí mencionadas.

No IV capítulo sobre "Filosofia da saudade e filosofia profética" remete-se à longa tradição do sebastianismo, a Sampaio Bruno e a Teixeira de Pascoaes o que constitui uma linhagem de profetismo filosófico constante no pensamento português.

Finalmente, num contraponto, num último capítulo sobre "Humanismo e Antropologia", consideram-se algumas consequências das filosofias antropológicas contemporâneas.

No epílogo da obra faz-se a síntese da I e II partes e é sobretudo de José Marinho, pensador original, que nela se consegue uma visão intuitiva profunda e integral. Como anexo existem no fim do volume uma série de notas e excursos com interesse de pormenor. O índice temático elaborado por Pinharanda Gomes parece particularmente completo e de manifesta utilidade para o uso desta obra. Existe também um índice onomástico.

Apesar de várias lacunas, quase inevitáveis em obras deste teor e de ser discutível a metodologia mais intuitiva e literária do que lógica e demonstrativa, em conclusão se poderá afirmar que se trata de um texto de particular importância para o conhecimento do pensamento português contemporâneo. Muito particularmente interessa ao estudo do próprio José Marinho, não tanto na sua dimensão especulativa, mas nas imagens por ele reflectidas de alguns dos principais pensadores portugueses contemporâneos.

CARLOS HENRIQUE DO CARMO SILVA

José Hermano Saraiva, História concisa de Portugal, Lisboa, Publicações Europa-América, 1978

História concisa de Portugal, de José Hermano Saraiva, é uma daquelas obras predestinadas ao êxito editorial. Publicada numa já antiga e divulgada colecção ("Colecção Saber"), lançada no mercado a um preço razoável e com uma inteligente, mas discreta, campanha publicitária, esta obra visa o preenchimento de um vazio sentido há muito pelo público: uma História de Portugal que se pode transportar no bolso e ler nas longas horas perdidas nos transportes públicos, sem ter um aspecto monumental. A História concisa de Portugal é precisamente o livro abreviado que, sem demorar muito tempo a ler e reportando-se ao essencial, procura dar uma imagem global da evolução histórica do povo português. A proeza a predestinação editorial está o êxito alcançado pela 1ª edição: a 1ª tiragem (de 5.000 exemplares) foi quase imediatamente seguida de uma segunda (10.000 exemplares), o que, em Portugal, atinge o nível de "best-seller".

Um livro com estas características é, e será, sempre polémico, discutido e discutível, sobretudo se a linear apresentação dos factos se acrescentar o enquadramento e a interpretação verdadeiramente históricos. Pretendeu o A. não cair nos mesmos erros dos pequenos compendios que "resolvem a questão reduzindo a narrativa histórica às linhas mais espectaculares da evolução política. Ora é difícil perceber a evolução política sem conhecer a evolução das forças económicas que está por detrás dela..." (p.5).

É difícil resumir e condensar, principalmente se se pretender manter um equilíbrio temático, lógico e positivo. O desenvolvimento dado a certos temas em detrimento de outros denota a opção do A., opção que, por mais objectiva que seja a investigação, é sempre de natureza subjectiva.

Sob o ponto de vista de estrutura e de conteúdo, e sem entrar na análise profunda e detalhada que transcende o âmbito destas páginas, podemos afirmar que a obra em epígrafe não é grandemente inovadora. O início e o fim, i.é, o período das "Origens" e o da "República" (1910-1974) são superficialmente aflorados. Se no primeiro caso se pode, eventualmente, aceitar um resumo do que se encontra noutros lados (mas perguntando se o período das "Origens" não teve um papel delineador e fundamatador de aspectos caracterizantes de Portugal e, por isso, exigindo um maior desenvolvimento) já no que respeita ao período contemporâneo se exigiria um tratamento mais desenvolvido. A proximidade dos acontecimentos levanta, logicamente, problemas de análise, mas a localização da problemática não deixa de ser importante e sedutora.

Um dos grandes méritos desta obra parece-nos ser o tom simples, atraente e claro da linguagem. J.H.Saraiva tem o dom da comunicação. Prova disso é o recurso à paráfrase do conteúdo de documentos que, sem alienar o fundamento científico, ameniza.

Como já dissemos, uma obra deste tipo implica uma séria de opções que comprometem o seu autor e podem ser discutíveis num plano subjectivo. Objectivamente, parecem-nos bem conseguidas algumas páginas (como as que se referem ao período final da III^a dinastia) e outras demasiado rápidas (como a apresentação cultural de algumas épocas). O A. oscila entre a apresentação de pensamento original e apresentação de resumos de "ciência feita", o que, mesmo numa obra com um texto breve, deixa uma perceptível sensação de desequilíbrio.

História concisa de Portugal é uma obra que realizará, certamente o seu objectivo e terá um papel importante na divulgação da história nacional e da cultura lusitana, sobretudo se o A. corrigir os pequenos erros de pormenor (como a explicação do étimo de vizinho a partir do gen. vici, p.27). José Hermano Saraiva conseguiu, nesta obra, uma síntese entre a enunciação de acontecimentos e a sua interpretação, síntese que, com posteriores edições, se identificará com o livro ambicionado pelo Autor.

VICTOR JABOUILLE

Carlos da Fonseca, História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal I - Cronologia, Lisboa, Publicações Europa-América, col. "Estudos e Documentos", 1979, 267 pp.

A necessidade de uma melhor compreensão da história contemporânea do povo português tem, finalmente, levado alguns investigadores a debruçarem-se sobre o passado mais próximo. É nessa linha, apenas esboçada, que se integra a obra em epígrafe, derivada dos trabalhos preparatórios da tese de terceiro ciclo que o Autor, sob a orientação do malogrado Prof. Georges Haupt, apresentou na "École Pratique des Hautes Études des Sciences Sociales et Économiques".

Uma "História do movimento operário português e das ideias socialistas" é uma obra de há muito necessária, pois a existência de raros estudos parcelares apenas acentua a urgência de uma visão global. Embora o terreno não seja virgem - recordemos as tentativas de perspectivação de Costa Goodolfim, Manuel Joaquim de Sousa, César Nogueira ou Bento Gonçalves -, a síntese objectiva, exaustiva, cientificamente analítica e, sobretudo, ideologicamente independente pode ser considerada como uma oferta preciosa à cultura portuguesa. A-

nunciado como uma "obra em doze volumes: no longo dos quais se estudam de forma exhaustiva os mais variados aspectos do movimento operário desde o início até aos nossos dias...". A História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal pode ser, de facto, um instrumento para a compreensão do Portugal dos nossos dias.

O 1º volume da série apresenta uma cronologia da história do movimento operário português segundo dez épocas principais de periodização: 1820-1851, 1852-1870, 1871-1876, 1877-1886, 1887-1897, 1898-1908, 1909-1919, 1920-1934, 1935-1963, 1964-1974. A investigação foi profunda e o volume de informação é importante. O leitor encontra, de uma forma simples, os factos mais importantes na história do movimento operário cronologicamente ordenados. A escolha dos factos significativos que devem figurar numa cronologia deste tipo depende sempre do critério do autor, influenciado, ou não, pela sua formação e/ou filiação políticas. Da quebra do equilíbrio pode resultar a condenação do fundo científico e do rigor da obra. No caso presente, parece-nos que, sobretudo no que concerne o último período (1964-1974), os factos apresentados não são igualmente significativos nem relevantes. Acontecimentos particulares (morte de militantes partidários, p.e.) não têm de modo algum a mesma importância que certos actos ocorridos nas ex-colónias ou que movimentos de operários e estudantes. Só os futuros volumes mostrarão o modo e rigor de utilização destes elementos.

A História do movimento operário português e das ideias socialistas em Portugal é uma importante iniciativa editorial que deve ser realçada. Por isso felicitamos o editor. Quanto à obra em si, aguardemos os restantes volumes, esperançosos que confirmem o valor e o interesse do primeiro.

VICTOR JABOUILLE

Foram ainda recebidas na nossa Redacção as seguintes obras, às quais será oportunamente feita referência:

Ditos Portugueses dignos de memória - História íntima do século XVI anotada e comentada por José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Europa-América, 1979

Studi Noniani IV, Génova, Istituto di Filologia Classica e Medievale, Università di Genova, Facoltà di Lettere, 1977.

Nomenclatura micologica latina de Gigliola Maggiulli, Génova, Istituto di Filologia Classica e Medievale, Università di Genova, Facoltà di Lettere, 1977.

Iulii obsequentis lexicon de Silvana Rocca, Génova, Istituto di Filologia Classica e Medievale, Università di Genova, Facoltà di Lettere, 1978.

"Slogans" monetarii e poesia augustea de Luisa Consigliere, Génova, Istituto di Filologia Classica e Medievale, Università di Genova, Facoltà di Lettere, 1978.